

NOGUEIRA, M. C. R. **Gerais a dentro e a fora:** identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Antropologia). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2009, 233p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. In: LUZ, C DAYRELL, C.. **Cerrado e desenvolvimento:** tradição e atualidade. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. 2000, p.19-46.

RIBEIRO, R. F. **Florestas anãs do sertão:** o Cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 480p.

## EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS DA EXPANSÃO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E DA EDUCAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DO ESTADO

Rosângela Pereira de Oliveira<sup>1</sup>  
Ilma Ferreira Machado<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende discorrer sobre práticas educativas na educação do campo por meio da Pedagogia da Alternância no Estado do Espírito Santo. O estudo se pautou em metodologia de pesquisa qualitativa e na técnica da análise documental e da observação da prática pedagógica. O ponto de observação é uma escola Estadual que forma técnicos em agropecuária de forma integrada a formação em nível médio. Buscamos entender a educação como espaço de construção da participação sócio-política dos atores sociais camponeses visualizando nessas experiências o fomento à democracia e práticas educativas inovadoras. Após anos sendo relegada, compreendida como secundária, atrasada, e até mesmo desimportante, cujos conhecimentos e práticas muitas vezes foram desprezados, a educação do campo tem sido, recentemente, objeto de estudos e de políticas públicas no Brasil, apresentando práticas de resistência contra o projeto neoliberal. O Espírito Santo, influenciado pelo movimento de educação popular que nas décadas de 50 e 60 se espalhou pelo Brasil e América Latina, pode ser considerado como o nascedouro de resistências e apresenta desdobramentos contundentes principalmente por meio da assunção da Pedagogia da Alternância (PA) como uma prática educativa própria e apropriada aos povos do campo.

**Palavras-chave:** Educação do campo, Pedagogia da Alternância.

<sup>1</sup> Mestra em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. Aluna – IFES- Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Pedagogia da Alternância - Campus Barra de São Francisco lato sensu, Professora Ciências Humanas na Escola Municipal Comunitária Rural Pe Fulgêncio do Menino Jesus em Colatina no ES. Uma das precursoras da Pedagogia da Alternância para pela via pública no ES – ro.oliveira.clio@gmail.com.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1987), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996) Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e Pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina

**Abstract:** This article aims to discuss educational practices in the education field through the Pedagogy of Alternation in the state of Espírito Santo. The observation point is a state school that technical way in agriculture in an integrated way to training in high school. We try to understand education as building spaces of socio-political participation from camp social actors viewing these experiences promoting democracy and innovative educational practices. After relegated year being understood as secondary, delayed even as unimportant, with little scientific foundation, whose knowledge and practices were often despised, education field has recently been the subject of studies and public policies in Brazil, with practices resistance against overwhelming neoliberal wave that is established in the country. The Espírito Santo influenced the popular education movement in the 50's and 60's spread by Brazil and Latin America, it can be considered as the birthplace of resistance and shows striking developments mainly through assumption of Pedagogy of Alternation (PA) as a proper education and proper people to the field.

**Keywords:** Rural education, Pedagogy of Alternation.

## Introdução

A educação, na perspectiva de ocupação do espaço escolar historicamente tem sido local de disputa: de um lado como consolidação da ideologia do modelo dominante, e de outro, na perspectiva de sua superação. Contexto sob o qual os movimentos sociais, especialmente os camponeses, vêm tencionar as relações sociais, propondo outra forma de organização política e econômica, estabelecendo os espaços educativos como estratégicos para alicerçar uma sociedade para além do Capital (MÉSZÁROS, 2009).

Neste texto enfocamos o tema da Educação Popular sob a perspectiva da Educação do Campo caracterizada na Pedagogia da Alternância, sua vinculação com o Estado elencando algumas possibilidades e entraves nesta intersecção, em um contexto onde estejam sendo construídos processos educativos que remetam a uma proposta de transformação social. A Pedagogia da Alternância integraliza-se como uma prática educativa intimamente vinculada concepção de educação popular e vem, desde sua formação na França no século passado, se expandindo pelo mundo, chegando no Brasil – no Espírito Santo, em 1969, vindo da Itália com apoio da Igreja Católica e tem se destacado nas últimas décadas;

principalmente no interior do movimento de Educação do Campo. Mesmo assim as pesquisas relacionadas a essa temática ainda são escassas.

O estudo se pautou em uma metodologia de pesquisa qualitativa, tendo como instrumentos a análise documental e a observação da prática pedagógica de uma escola. Nosso ponto de análise centra-se em uma escola pública estadual com curso técnico em agropecuária integrado ao nível médio, de onde se pretende enumerar instrumentos e práticas na organização do trabalho pedagógico que possam ser analisadas na perspectiva da educação popular. Buscamos compreender a Educação do Campo não como fim em si mesma, mas, se inscrevendo no rol de disputas dos modelos educativos que podem corroborar na construção de um projeto educacional como perspectiva para uma organização transformadora da sociedade.

## Pedagogia da Alternância - um pouco de história

A Pedagogia da Alternância (PA) surge em um povoado agrícola (França:1935-1937) cuja a realidade agrária estava baseada na produção familiar, neste momento histórico, permeada pelo despovoamento das comunidades rurais que sofriam ainda o abandono por parte do Estado. As referências registram a história dessa Pedagogia destacando o diálogo de um pai, Jean Peyrat, com seu filho Yves, que decide não mais voltar aos cursos complementares pois compreende não lhe trazer nenhum conhecimento para responder suas questões do cotidiano, além disso havia o desejo de permanecer trabalhando com pai.

Convém lembrar que o mundo está em crise: período entre duas guerras; há contradições e resistência ao modelo político/econômico dominante assim como uma crise do modelo educacional e novas teorias da educação em expansão. A Europa encontra-se em fase de industrialização, nessa época. No campo o movimento SILON<sup>3</sup> como organização de uma das frentes de ação da Igreja para se antecipar ao comunismo e proteger os camponeses quanto a face nefasta do capitalismo auxilia no processo de organização e reflexão dos agricultores. O pai

<sup>3</sup> Na Europa em fase de industrialização, e o movimento Sillon foi uma das frentes de ação (motivada por uma encíclica papal na década de 30), uma forma de se antecipar ao comunismo e proteger os trabalhadores quanto a fase nefasta do capitalismo. Ao mesmo tempo revolucionária e conservadora. Tinha como princípio a defesa da democracia como condição para o progresso social; o movimento foi inspirador do sindicalismo agrícola francês, estimulando a solidariedade e a ação comunitária como princípios fundamentais da organização dos agricultores.

de Yves busca uma solução, juntamente com o padre da aldeia, l'Abbé Granereau, (integrante do movimento SILON). Portanto a PA surge já como uma contradição, ao mesmo tempo revolucionária e conservadora.

Eis a origem da primeira Maison Familiale Rurale (MFR), em 1935, em Lot-et-Garone, região Sudoeste da França. Os jovens, então, permaneceriam durante três semanas trabalhando em suas propriedades sob a orientação dos pais e ficariam reunidos durante uma semana por mês, estudando na casa paroquial. Neste tempo/lugar fariam um curso de agricultura por correspondência e, junto com este curso, receberiam uma formação geral, humana e cristã, orientada pelo padre. Assim nasce a Pedagogia da Alternância, onde se alternam tempos/lugares de aprendizado, sendo uma formação geral e técnica em regime de internato, em um centro de formação, e um trabalho prático na propriedade familiar e na comunidade (RIBEIRO, 2006a, p. 2). Daí também surge o termo monitor, o abade não se considerava um professor e sim um monitor que colaborava no entrelaçamento dos saberes dos tempos e lugares diferenciados (hoje, sessão e estadia).

Até 1940 já haviam vinte CFRs, momento em que há uma transição: os agricultores cortam a gestão da igreja e adquirem casa para o funcionamento do momento de sessão escolar. Daí o nome: Casas Familiares Rurais.

Surgem contradições quando na transição do modelo para a Itália, (1959) onde o movimento se torna mais ligado à igreja e ao Estado (ainda sofrendo os rescaldos do facismo) ao mesmo tempo com a autonomia das famílias, este projeto se expandiu para vários países em todos os continentes com as alterações na proposta educativa: Motivação de entidades privadas e públicas: Produção de alimentos; Escolas como laboratório técnico/produtivo (escolas com grandes propriedades subsidiadas); Escolarização: A escola como base da formação.

A história da PA avança com um viés laico e outro clerical, isto aconteceu também no Brasil. Chega no Brasil em 1969 no sul do Espírito Santo em um contexto de ditadura militar com a implantação dos grandes projetos econômicos que promovem também o Êxodo Rural. Surge com intermédio da Igreja, com o auxílio das Comunidades eclesiais de Base (CEBs). Relação com a Itália, o apoio de uma ONG italiana com uma política compensatória aos emigrantes que se encontram no Brasil. Tem, portanto, a participação dos agricultores, mas, também uma participação forte da igreja representada no Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) instalando-se no Brasil tendo como princípios originais:

- Formação em alternância; o método Ver-Julgar-Agir;
- Fenômenos da vida concreta como base da reflexão e ação;
- Formação integral;
- Participação ativa da família;

Tais princípios, encontraram eco na concepção de educação popular freireana.

Sob este viés percebemos que a PA no Brasil adquire uma peculiaridade, a introdução dos temas geradores, sob os quais se organizam as propostas pedagógicas. Além disso, muitos monitores que se vinculam às escolas bebem de fontes como Paulo Freire, Pistrak e Marx.

Quanto à expansão da PA no Brasil, com base em RIBEIRO, 2010 podemos enumerar: primeira Fase entre 70 e 80 promovida pelas Organizações eclesiais (privado filantrópico) no Norte e nordeste, caracterizando uma experiência mais próxima ao modelo francês no Brasil: Casas Familiares Rurais. Segunda fase entre 80 e 90 apresentam duas experiências inovadoras no norte do Espírito Santo: Escolas Famílias Rurais Públicas que seguem o mesmo modelo do MEPES, com a presença forte de entidades civis e religiosas. Uma terceira fase ocorre a partir de 2006, quando se inicia parceria entre as comunidades e poder público, primeiramente, municipal, e, depois, estadual, no processo de implantação de escolas comunitárias rurais: implementação parcial da pedagogia da alternância com uma nova sistematização do tempo da estadia.

Nos países onde a formação em alternância se expandiu os Centros Familiares de Formação em Alternância possuem uma organização escolar específica de aprendizagem e/ou qualificação profissional para os sujeitos do campo. Estão distribuídos por mais de 1300 escolas em 45 países dos 5 continentes. No Brasil, são encontrados nos seguintes Estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Amazonas, Bahia, Sergipe, Piauí, Ceará, Maranhão, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No Espírito Santo são 237 escolas em Pedagogia da Alternância, com Ensino Fundamental em Médio, 9.715 estudantes, 8904 famílias, 838 comunidades em 40 municípios com uma História de 47 anos<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Segundo a Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo – RACEFFAES - XXVII Encontro de em Alternância do Espírito Santo Formação de formação Pedagógica dos Educadores e Educadoras dos CEFFAs – Oficina de aprimoramento de práticas pedagógicas na modalidade educação do campo, promovido entre os dias 21 a 23 de março de 2016

E em 2010 iniciou-se uma parceria inédita com o governo do Estado do Espírito Santo a fim de organizar a primeira Escola Estadual Comunitária Rural em nível médio integrado com curso técnico em agropecuária, respaldando-se no Parecer CNE/CEB Nº 1/2006, que afirma que:

A educação para o meio rural brasileiro, isto é, a Educação do Campo, considerando-se as dimensões do país, a imensa diversidade que o caracteriza e a extrema desigualdade entre as oportunidades educacionais oferecidas no meio urbano e no meio rural, está a merecer uma atenção prioritária.

E, acrescenta:

Mas é indubitável que os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), nas formas de Escolas Famílias Agrícolas (EFA), Casas Familiares Rurais (CFR) e Escolas Comunitárias Rurais (ECOR), pela sua expansão – 217 escolas em perto de vinte estados brasileiros, apresenta-se como uma alternativa bem-sucedida e bem avaliada, uma vez que a introdução da EFA no Brasil, pelo Estado do Espírito Santo, data de 1969.

Ressaltamos que as escolas que estão adotando a Pedagogia da Alternância em Colatina-ES são modalidades de CEFFAs inéditas entre as experiências existentes no Brasil, pois mesmo adotando os Princípios da Alternância têm uma dinâmica diferenciada de alternância no tempo (sessão-estadia).

A alternância é uma pedagogia no espaço e no tempo que busca aprofundar práticas educativas que concebem o ser humano em sua integralidade, representa ir além de estudar a realidade atual e impregnar-se com ela; visa, por meio de uma pedagogia conscientizadora, articulada ao mundo do trabalho, que conhece e, ao mesmo tempo distancia-se da realidade atual com vistas à formação integral do jovem promover, sob os princípios de educação popular, espaços de formação emancipadores para a sociedade.

## **As Intersubjetividades na Escola Estadual Comunitária Rural de Ensino Médio Integrado Técnico em Agropecuária. Ecor – Colatina**

Para compreendermos o que acontece de diferente e até revolucionário,

nesta escola precisamos conhecer um pouco de sua história, mas também de sua materialidade. A história nos coloca no contexto sob o qual tal materialidade foi e está sendo construída. E, olhando para a realidade atual, podemos antever as possibilidades. Como denúncia ao processo de deseducação vigente de uma proposta mercadológica de ensino e educação sob o verniz neoliberal, contrapondo-se existem práticas que apontam para o anúncio de novas possibilidades.

Percebemos, por exemplo, esta contraposição, na organização do trabalho pedagógico nos Centros de Formação em Alternância. Na EECOR, em Colatina-ES conforme aponta seu Plano de Curso:

A Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2010, inicia o processo de implantação dos dois CEFFAs (Centros Familiares de Formação em Alternância): Escola Municipal Comunitária Rural – EMCOR São João Pequeno e EMCOR Padre Fulgêncio do Menino Jesus, com formação para os educadores, adequação do espaço físico, bem como todas as providências exigidas para o funcionamento das escolas com a metodologia da Pedagogia da Alternância.

Inicialmente, escolas públicas municipais passam a organizar-se sob os princípios da alternância, modificando suas organizações curriculares e metodológicas de forma pioneira. Conforme indica o Plano de Curso para criação e aprovação da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio com Habilitação em Agropecuária, na Escola Estadual Comunitária Rural de Colatina no sistema da Pedagogia da Alternância houve um engajamento das comunidades. Quando os estudantes passam a ter formação até as séries finais do ensino fundamental em alternância, as famílias passam a pleitear também tal formação em nível médio, mas não só isto, ensino médio integrado com curso técnico em agropecuária:

[...] Diante dos resultados já sentidos pelas famílias dos estudantes, nasceu a preocupação sobre a continuidade dos estudos no Ensino Médio seguindo a mesma metodologia das EMCOR's (...). Diante dessa solicitação a Secretaria Estadual de Educação e a Superintendência Regional de Educação de Colatina, em visita à região, e em conjunto com a comunidade escolar, definiram todos os requisitos necessários para que a Escola Estadual Comunitária Rural iniciasse as atividades letivas do ano de 2012, oferecendo a Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio com habilitação em Agropecuária, fundamentada nos princípios da Pedagogia da Alternância.

Portanto, ao relatarmos a experiência no Centro de Formação em Alternância de Colatina-ES – EECOR, temos o propósito também de registrar um processo, se não de reconhecimento e assunção do Estado às práticas relacionadas aos fundamentos da educação popular; um processo de “ocupação” deste mesmo Estado com práticas educativas sob um viés emancipatório. Sob este enfoque poderíamos inferir a possibilidade inédita de expansão pela via pública para outras formas e modalidades de ensino uma perspectiva para aprofundar as brechas da crise estrutural do Capital (MÉSZÁROS, 2009), vindo a questionar e colocar em cheque o discurso sob o qual ao Estado é impossível propiciar uma educação pautada nos princípios da educação popular. Porém, tal questionamento é colocado no contexto de uma concepção de Estado diferenciado da concepção de Estado burguês, questão que abordaremos mais à frente.

A partir deste pressuposto, a Escola Estadual Comunitária Rural de Colatina - EECOR tem em seu Plano do Curso de Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio uma ferramenta interessante para análise, além da própria materialidade onde acontece o curso.

O prédio para o curso tem duas salas. As atuais quatro turmas ocupam também duas salas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Comunitária Rural Padre Fulgêncio do Menino Jesus, com quem dividem o espaço. A implantação do curso deu-se gradativamente: uma turma de 1º ano, em 2012, 1º e 2º anos em 2013, 1º, 2º, e 3º anos em 2014, 1º 2º, 3º e 4º anos em 2015. Em 2014 houve uma modificação no curso, reduzindo para 3 anos a formação. A escola funciona, portanto, com duas organizações curriculares atualmente, uma com curso médio integrado, com duração de quatro anos e outra com duração de três anos

Atualmente, sete educadores atendem as quatro turmas de ensino médio, sendo um educador para cada uma das seguintes áreas de conhecimento: Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Biologia e Química, Matemática e Física; há um agrônomo e um zootecnista para as disciplinas específicas do curso, e um educador para Educação Física. A escola tem 76 Estudantes (30 na primeira – 18 na segunda e 24 na terceira série, e ainda 4 estudantes na turma de quarta série do curso de quatro anos que formou a primeira turma em 2015 com 14 estudantes).

Os princípios e a organização do trabalho pedagógico desta escola vinculam-se ao trabalho como princípio educativo. É uma proposta construída coletivamente em favor da vida e em oposição às transformações necrófilas impostas pelo sistema do capital que considera o campo como

mero lugar de negócio, cuja expansão nos últimos 40 anos, adquiriu característica de financeirização crescente, intensificando, a partir da última década do século XX, os propósitos neoliberalistas, aumentando a desigualdade, a miséria e a fome, degradando e envenenando a natureza.

## Instrumentos Pedagógicos:

Consideramos essencial para a compreensão do funcionamento da escola, e seus desafios, apresentarmos minimamente os instrumentos pedagógicos próprios da Pedagogia da Alternância que são desenvolvidos no aprofundamento do Plano de Curso, sendo eles:

1. **Plano de Estudo (PE):** O Plano de Estudo constitui o principal instrumento pedagógico da Pedagogia da Alternância através do qual as potencialidades da Alternância se viabilizam, tornando-se um ato concreto e fonte de reflexão, instrumento de mediação dialética da cultura popular e o conhecimento científico historicamente sistematizado. O Plano de Estudo é o instrumento que permite desencadear a motivação e a compreensão do significado político e social dos conteúdos em nível curricular. O Plano de Estudo respeita uma metodologia própria para sua elaboração do roteiro a ser pesquisado que envolve os estudantes desde a preparação para a pesquisa até a colocação em comum que é a apresentação dos elementos elencados na pesquisa dos grupos por região e a produção individual do relatório ilustrado, que compõe o Caderno da Realidade.

No limite argumentativo possível para este texto, tentaremos enumerar o cronograma que compõe a execução do PE: roteiro de elaboração aplicação e colocação em comum do PE.

O primeiro passo do PE é realizar a motivação com os estudantes para o tema. Esta motivação consiste em ornamentar a sala com materiais relacionados associando a mística que pode promover uma reflexão por meio de música, cartazes, leitura de poema, uma encenação etc. O objetivo é contribuir com a motivação geral para o tema e colaborar com a concentração dos estudantes e monitores.

O monitor/professor que acompanha a turma, ou o responsável pela área do conhecimento que mais se alinha com o conteúdo estudado (ou ainda os dois), promove questionamentos com os estudantes sobre quais fatos da realidade seriam importantes de pesquisar para abranger o tema de estudo proposto. Os estudantes então, se reúnem por grupos de região

(proximidade geográfica ou comunidade) e produzem um roteiro de observação e entrevista, também propõe a abrangência mais adequada a fim de compreender melhor o tema proposto.

O monitor/professor recolhe estes roteiros, analisa, sintetiza, seleciona, agrupa, ou acrescenta questões ou pontos de observação. O número de perguntas varia de acordo com o ano/série ou ciclo de formação humana. Entretanto, não é possível fazer um Plano de Estudo com menos de três perguntas, para seguir, no mínimo, a lógica do método:

- Fato concreto - são perguntas que trazem informações visíveis, mensuráveis, o que, quem, qual, quanto, quando etc.;
- Análise - são questionamentos que trazem a opinião ex.: como, quais pontos positivos e negativos, quais vantagens e desvantagens etc.;
- Comparação questões para relacionar o concreto com o histórico ex.: quais diferenças e semelhanças de antes para hoje, como estava antes e como está hoje, etc.);
- Reflexão - questões para pensar sobre as causas das coisas ex.: quais são os motivos das mudanças, o que levou a estes acontecimentos, etc.;
- Ideia Geral - perguntas para projetar o futuro ex.: o que estamos fazendo ou podemos fazer para melhorar, etc.

Tais ações fazem a elaboração do roteiro de pesquisa que será entregue para os estudantes. Precisar conter também o nome da escola, tema do PE, a introdução (conteúdo, motivação, hipótese e abrangência), as questões (pontos de observação e/ou acompanhamento e perguntas), espaço para assinaturas das pessoas com as quais o estudante realizará sua pesquisa, local e data.

Após a realização da pesquisa, que é feita na estadia, os estudantes voltam a se reunir nos grupos de região, na sessão subsequente, comparam e organizam suas respostas (pré-síntese), e, geralmente em forma de cartazes apresentam ao coletivo da turma – (colocação em comum). É neste momento que são retirados os pontos de aprofundamento (sob uma perspectiva freireana, estes seriam os temas geradores) sob os quais as áreas do conhecimento estarão organizando a análise científica dos fatos percebidos na realidade dos estudantes. É organizada uma síntese geral, que será produzida por estudantes ou pelo monitor de acompanhamento da turma, entregue cópias para todos os estudantes que as colocarão em seus respectivos Cadernos da Realidade – CR, juntamente com o roteiro do PE

e o relatório ilustrado da pesquisa.

**2. Folha de Observação (FO) ou Ficha de Pesquisa (FP):** A folha de observação ou ficha de pesquisa é um questionário organizado pelos estudantes e monitores com o objetivo de ampliar a investigação a cerca de um tema que não foi abordado. Tem uma abrangência menor que o PE, também comporá o CR do estudante.

**3. Visita e Viagem de Estudo:** a visita de estudo tem como função observar, conhecer e comparar uma realidade diferente da escola e de seu meio sócio profissional e/ou dar ênfase a uma realidade vivenciada pelo estudante, que diz respeito ao tema em estudo. A viagem de estudo tem a mesma função, porém aprofunda os Temas Geradores abordados durante o ano letivo. A viagem e a visita de estudo integram a atividade pedagógica da escola e se tornaram uma prática indispensável na complementação dos conhecimentos. Na visita e viagem de estudo o estudante observa, se informa, questiona e amplia um assunto. Elas são motivadas sempre pelos Planos de Estudos e planejadas pelos estudantes e monitores/professores acompanhantes da turma. Visitas e Viagens de estudo são práticas que proporcionam aos estudantes fazer a comparação de suas análises nos PEs com uma outra realidade. Além disso, coloca também em construção coletiva do conhecimento, já que os PEs, FPs e FOs o estudante realiza só. A preparação para visitas e viagens de estudo também contém elementos da elaboração de PE, além de incluir como atividade pedagógica a própria preparação para a visita/viagem com os estudantes: como será a logística, se é necessário planejar ou preparar alimentação, como será a organização no transporte, quem fará a apresentação da turma, os questionamentos etc.

**4. Intervenção e Palestra:** garante o contato do estudante com as experiências de pessoas que vivenciam situações ligadas ao Tema Gerador. Ela é realizada em forma de conversas, depoimentos e palestras realizadas no momento de sessão escolar. Esta atividade pode ser feita por membros da comunidade que tenham domínio do tema, ou por representantes de entidades, fundações, sindicatos etc.

**5. Cursinhos:** realizado na escola com o entrelaçamento de diferentes áreas do conhecimento em torno de um tema convergente os estudantes aplicam o conhecimento teórico assimilado nas áreas através da prática,

complementando assim, as atividades práticas para a vida do meio rural.

**6. Experiências Agropecuárias Sessão/Estadia:** os estudantes realizam a experiência na sede da escola e no local onde realiza estadia. No local onde o estudante realiza a estadia, ele é o protagonista desta atividade, pois ele planeja, executa, acompanha, busca soluções, compara, avalia e relata em parceria com sua família ou com quem acompanha sua estadia. Na sede da escola o planejamento é realizado pelo monitor/professor e estudante e as atividades de execução, observação e acompanhamento são realizadas no coletivo dos estudantes. Ambas atividades geram um relatório, sendo que a experiência na estadia exige também um momento de socialização com a turma: a apresentação da experiência da estadia quando o estudante apresenta sua pesquisa apontando pelo menos uma situação problema e propõe alternativas para resolvê-la.

**7. Atividade de Retorno (AR):** tem como finalidade proporcionar às estudantes condições de comprometimento cada vez maior com o seu meio e, ao mesmo tempo, construir reconhecimento e autovalorização. O Plano de Curso prevê atividades de retorno planejadas, sistematizando conhecimentos resultantes de uma reflexão feita através do aprofundamento dos conhecimentos vivenciais. Possibilita ao estudante encontrar possíveis alternativas para as dificuldades do meio em que vive.

**8. Caderno da Realidade (CR):** O Caderno da Realidade é o instrumento de registro dos conhecimentos sobre a realidade mais próxima da vivência do estudante. Nasceu da necessidade de sistematizar a pesquisa; nele o jovem registra todas as suas reflexões e estudos aprofundados através dos instrumentos pedagógicos. Organizado como um portfólio em uma pasta catálogo, é o elemento que permite a sistematização racional da reflexão e ação provocadas pelo Plano de Estudo. É o “lugar” onde ficam ordenadas as informações, experiências realizadas na sessão e estadia. Representa: tomada de consciência e uma particular percepção da vida cotidiana do estudante; desenvolvimento da formação geral, porque retrata a história da família, da terra que trabalha, da comunidade e de outros aspectos que compõem a estrutura familiar; o compromisso com a transformação da realidade vivida pelo estudante, através do processo de tomada de consciência e análise sistematizada dessa realidade; um elemento de orientação profissional, porque as reflexões que são registradas são frutos

do trabalho do jovem, da vida profissional e social da família<sup>5</sup>.

Todos os Conteúdos Vivenciais (PEs, FOs, FPs, intervenções, cursinhos, ARs, visitas e viagens de estudos) são registrados no Caderno da Realidade por meio de relatórios ilustrados. Nele pode-se acompanhar a evolução do estudante nos ciclos de formação.

**9. Vida de Grupo - auto-organização dos estudantes:** o papel da escola não é apenas formar, mas suscitar os interesses dos jovens contribuindo para organizá-los, ampliá-los e relacioná-los aos interesses sociais (PISTRAK, 2002); suscitar a reflexão: dos interesses individuais aos interesses coletivos. Cabe à escola “transformar as emoções dos estudantes em fatos sociais, cimentando com base nisso o coletivo” (idem, p. 178) escolar, permite aos jovens um amplo desenvolvimento do trabalho coletivo, um exercício da vida social, pois é imprescindível despertar no estudante a atividade, a iniciativa coletiva, a responsabilidade e o seu protagonismo, organizando o ambiente educativo e a vida no coletivo de maneira que permita aos estudantes, autodisciplina, recriando valores importantes para a vida. Para isto os estudantes se organizam de forma associativa.

É por meio da participação na Associação de Estudantes que é organizada a vida escolar através das comissões, tendo como ponto forte desta organização a sistematização das normas da Vida de Grupo. São os estudantes, organizados em comissões, com apoio dos monitores que organizam os acordos coletivos de convivência. Neste espaço de gestão participativa que os estudantes desenvolvem as habilidades de coordenar e ser coordenado auxiliando a escola no cumprimento de uma de suas finalidades: a formação Integral. Atualmente na EECOR, as nove comissões têm como primeira atividade, no início da sessão reunir as comissões para planejar a sessão. São comissões de auto-organização: Cultura e mística, Esporte, Ambiente Educativo, Estudo, Tarefas, Agropecuária, Transporte, Saúde, Alimentação.

**10. Estágios Supervisionados:** realizados no curso de 4 anos a partir do 3º ano, e no de 3 anos a partir do 2º ano, visa proporcionar ao jovem experiências práticas significativas em sua formação;

<sup>5</sup> Esta descrição foi elaborada com base na análise do plano de curso e da proposta pedagógica da escola

11. **Projeto Profissional do Jovem:** apresentado no final da 4ª série, (no curso de 4 anos) e na 3ª série (no curso de 3 anos), orientados pela disciplina Planejamento e Projeto. O PPJ é visto como resultado concreto da formação dos jovens sendo indicador das aprendizagens ao longo do processo. A elaboração do projeto ao longo do processo de formação torna o mesmo um importante instrumento de pesquisa, de reconhecimento pelo próprio jovem das práticas da sua família e, de forma mais geral, da agricultura familiar, assim como de aplicação dos conteúdos do plano de curso. Mais do que isso, estimula os jovens para que sejam sujeitos sociais e se identifiquem com o meio em que vivem. O projeto deve ser, portanto, um instrumento que contribua para que o estudante, partindo da identidade do grupo familiar, dos seus objetivos e planos de futuro, respeitando seus princípios e seus valores, perceba a unidade de produção da sua família ou a comunidade em que vive como espaços para empreender uma alternativa viável a sua realidade.

O projeto deve também permitir, concomitantemente, o entendimento sobre a necessidade de ampliar horizontes e de construir redes de relações que viabilizem iniciativas inovadoras para o local, seja em termos de produtos (diversificação), de processos de produção, beneficiamento, transformação ou comercialização, ou, ainda, de formas de organização dos produtores. Por isso, a escolha do tema do projeto é fundamental, ao estimular um esforço de compreensão da relação entre os interesses e escolhas dos jovens e as preferências de sua família, assim como para pensar melhor o ambiente (interno e externo) em que pretende projetar. Depois disso, o processo de construção do projeto deve resultar em um instrumento efetivo de viabilização de oportunidades de geração de trabalho e renda. Não se trata apenas de um “exercício escolar”, ou de um “requisito parcial para a conclusão do curso”, mas de um trabalho de conclusão de curso como recurso efetivo para que o jovem projete e crie oportunidades e, depois, realize ações para viabilizá-las.

12. **Atividades Práticas:** As atividades práticas são realizadas na Escola, são as tarefas distribuídas conforme os setores de atividades: agropecuária, esporte e lazer, pátio, instalações e alimentação. São planejadas e executadas pelos estudantes, sob a orientação e acompanhamento dos monitores/professores, tendo em vista o processo da auto-organização. Para a realização dessas atividades é feito o planejamento semanal, observando alguns critérios, como: rodízio dos grupos de trabalho, faixa

etária dos estudantes, gênero e condições físicas dos estudantes, a estrutura física da Escola além do caráter pedagógico das atividades, estimulando nos estudantes o interesse em buscar melhoria na ocupação do espaço e mesmo a percepção da vocação profissional e a profissionalização.

13. **Reuniões e visita às famílias:** também se constituem um importante meio de diagnosticar e analisar o desenvolvimento dos parceiros da formação, especialmente os estudantes. Como são momentos de caráter pedagógico, fortalece os laços de compromisso e afetividade, criando um ambiente de segurança para manifestar tanto as potencialidades do meio familiar quanto às dificuldades, tendo a mesma recíproca por parte dos monitores/professores. Através dessas atividades a escola também pode desenvolver o processo de Assistência Técnica e Extensão Rural.

14. **Caderno de Acompanhamento:** especialmente pensado com o fim de contribuir para o planejamento das sessões e estadias, local onde os estudantes registram as atividades sessão/estadia. Serve também como meio de comunicação entre os parceiros, família e escola.

O estudo da ciência, a base curricular, é distribuído nas áreas do conhecimento:

**Linguagem Códigos e suas Tecnologias:** Língua Portuguesa, Arte e Educação Física; Língua Estrangeira – Inglês e/ Espanhol (no caso da EECOR apenas inglês) - e Informática;

**Ciências da Natureza:** Química, Biologia e Física;

**Matemática:** Matemática;

**Ciências Humanas e suas Tecnologias:** História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

É possível, e muitas vezes necessário, que devido a especificidade da disciplina, tenham mais de um professor/monitor na área, por exemplo, o professor de educação física, na área de linguagem, ou de língua estrangeira. Entretanto, como o planejamento das atividades é feito de forma coletiva, com base em temas geradores, as avaliações, também o são, de forma que o objetivo da área do conhecimento como um todo seja atendido.

O estudo por áreas do conhecimento na proposta pedagógica desta escola tem como propósito entender o meio num contexto global, partindo do conhecimento empírico para as áreas do conhecimento científico, do

mais próximo para o mais distante, projetando assim uma nova visão crítica de sua realidade, busca a transformação do meio, através da formação dos jovens, contextualizando a teoria e a prática. Logo, também é um instrumento dialético.

Como Finalidade, estudo por áreas podemos elencar:

1. Trabalhar a ciência de forma contextualizada, visando à transformação da realidade;
2. Entender a relação do mundo social, natural e cultural e que os fenômenos do meio não são isolados e fragmentados;
3. Mudar a concepção fragmentária para uma concepção unitária do conhecimento;
4. Promover a construção do conhecimento de forma coletiva e democrática;
5. Sistematizar a integração das áreas garantindo a interdisciplinaridade;
6. Contribuir a compreensão da metodologia das partes que compõem o roteiro do projeto, fundamentando como uma forma de apoio ao trabalho do projeto profissional.

O que vemos até aqui é uma análise documental dos registros da escola sobre sua formação, e sua organização do trabalho pedagógico:



Fonte: RACEFFAES.

Outro instrumento importante, na PA, é o que se refere a avaliação, que é considerada processual e é bastante diversificada:

- A avaliação do caderno da realidade propõe-se a verificar o avanço o estudante com relação aos conhecimentos vivenciais;
- Avaliação de habilidade e convivência: busca avaliar a relação do estudante com o trabalho, estudo e relações pessoais. Esta avaliação é feita entre si pelos próprios estudantes, auto avaliação do estudante, com a família, colocado em comum por meio de síntese onde colegas e monitores contribuem com o estudante por meio de sugestões com vistas à formação integral.
- Caderno de acompanhamento: Avaliação é feita no acompanhamento dos registros, na colocação em comum da estadia, pelo cuidado e organização também.
- Avaliação coletiva: os estudantes se organizam por meio de grupos homogêneos de até 6 estudantes. A avaliação contém questões organizadas de forma integrada das áreas. A proposta é que esteja o mais interdisciplinar possível. Sendo que as questões estejam no mínimo organizada por área do conhecimento.
- Avaliação das áreas do conhecimento: as áreas projetam suas avaliações, dividindo-as em individuais e em grupo, procurando perceber o desenvolvimento do jovem também com a construção coletiva do conhecimento.
- Avaliação das experiências sessão/estadia. São avaliadas por meio do relatório escrito e ilustrado, e pela apresentação do estudante.
- Avaliação Final – em todos os anos os estudantes apresentam no final do ano um trabalho individual de pesquisa de sua realidade e de acordo com os temas geradores trabalhados no decorrer do ano. No último ano este trabalho é o Projeto Profissional do Jovem.

Podemos perceber pela quantidade e diversidade dos instrumentos e formas de avaliações, a preocupação de procurar avaliar processualmente e, além disso, promover reflexões com os estudantes com vista à sua formação integral.

## Estado e Educação Popular - Denúncias e Anúncios

A mercantilização do ensino, torna a educação uma mercadoria cada vez mais lucrativa. O processo de mercantilização tem se tornado uma ação do Estado. O Estado busca solucionar ou minimizar os impactos das crises conjunturais e/ou estruturais deste sistema econômico, à custa de intensificar seu próprio déficit e colocando a máquina estatal em função do Capital. Entre as maneiras de mercantilizar a educação podemos citar a criminalização do professor, o aligeiramento nas diferentes etapas da formação.

Este processo que acontece no Brasil está inserido no processo de reestruturação do modo de produção capitalista, em seu próprio movimento de sustentação metabólica. O avanço das políticas neoliberais vem corroborar com a teoria de que o Estado é uma propriedade privada do Capital, em crise, e uma das faces desta crise estrutural está representada na questão do emprego, em que o sistema Capital apregoa a formação de competências básicas para a empregabilidade:

“A única preocupação é dotar aos alunos de conteúdos, métodos e técnicas (depósitos) suficientes para reproduzir o metabolismo do sistema (e daí resultam as retiradas) práticas manipulativas que condicionam os sujeitos a alienação. Em uma educação que visa a exploração, basta a instrução, a prática “bancária”, o fundamental é, no máximo, amenizar a situação opressora, mantendo, porém, as consciências imersas nela, uma educação que promove práticas educativas em favor da manutenção de uma sociedade conservadora, funcionalista, fragmentada, alienante, setorizada, descontextualizada. Educação para a exploração e submissão, que visa capacitar os indivíduos atender as necessidades do mercado, aprender técnicas, formar-se em métodos, responder estatísticas, idealizada na maior parte dos livros didáticos.” (OLIVEIRA, 2012, p.142).

A mercantilização do Ensino corrobora para a normatização da ideia de não nos percebermos como cidadãos e sim, meros consumidores: O Estado nos últimos anos tem investido minimamente em construir, ampliar e melhorar a oferta de ensino público de qualidade, aumentando o acesso, inclusive das classes populares, vem também garantindo a isenção de impostos e mesmo pagamento de mensalidades às universidades particulares.

Não há que se negar a importância de ampliar o acesso à educação superior, mas a que preço? Talvez da própria consciência de classe.

Desta forma, “nos anestesiemos, pensamento, ação, linguagens e sonhos. Passamos a ignorar nossa sabedoria, a riqueza de nossas diferenças e potencialidades” (OLIVEIRA, 2012, p.142). Assim, a prática educativa também se torna, objetivamente, o espaço de afirmação do sistema vigente, e não um espaço de luta e transformação social. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se isenta do financiamento a educação pública, o Estado aumenta seu poder regulador sobre ela, por meio de mecanismos de avaliação.

O avanço das políticas neoliberais vem corroborar com a teoria de que o Estado é uma propriedade privada do Capital:

A essa propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, o qual, gradualmente, por meio dos impostos, foi adquirido pelos proprietários privados e, por meio das dívidas públicas, ficou completamente à mercê destes, e cuja existência, nas subidas e quedas dos papéis do Estado na Bolsa, ficou totalmente dependente do crédito comercial que os proprietários privados, os burgueses, lhe concedem. Porque é uma classe, e não mais um estamento, a burguesia é obrigada, desde cedo, a organizar-se nacionalmente, e já não localmente, e a dar ao seu interesse médio uma forma geral. Pela emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular a par, e fora, da sociedade civil; mas ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa quanto internamente, para garantia mútua da sua propriedade e dos seus interesses (MARX, 2009, p. 111-112).

Nesta direção a classe empresarial (burguesia) contribui para o desmonte da escola e com a transmissão de pouco conhecimento destinado a classe trabalhadora. Manter o controle ideológico por meio desta formação excludente, ou ainda por dar acesso ao conhecimento de forma a classe trabalhadora mantenha uma identificação ideológica com a classe dominante. Assegurado pelo controle que esta classe mantém do Estado onde o empresariado intervém de várias formas, inclusive garantindo uma base de políticos a seu favor pois se elegem com o financiamento desta elite; fazendo da educação uma empresa, assumindo escolas com voluntariado, a tecnologia, os materiais didáticos, as avaliações externas, e, por parte do Estado os bônus resultantes de prêmios para o desempenho adequado de estudantes e professores.

No caso do Espírito Santo, a diminuição de carga horária do professor; a não realização de concursos, a negação das especificidades, a intervenção

burocrática cada vez mais intensa por meio das ações regulatórias do Estado são representações de estratégias desta mercantilização do ensino, entre outras.

Os modelos tradicionais de educação, portanto, não permitem a construção de uma educação libertadora.

É necessário ter claro qual é a natureza e a concepção de regulação estatal que se tem como horizonte? Descentralizado, ou mais participativo? Quem são os sujeitos que podem contribuir com ações convergentes nesta construção, que apontarão as ações do Estado? E como farão isto? Neste processo de construção da concepção de Estado, se busca seu resgate ou sua supressão? Que Estado é este do qual falamos? Precisamos ter claro nosso horizonte, percebendo a diferença de reforma e revolução. Como ampliar o protagonismo dos estudantes nesta tarefa revolucionária? Estamos dando ênfase em nossa organização do trabalho pedagógico sob uma perspectiva emancipadora

Torna-se necessário insistir na possibilidade de projetos educativos coadunados com projetos societários emancipatórios, A pedagogia da alternância pode contribuir como para romper com a dicotomia forjada por meio do Estado de intensificar a educação e ensino; eis a importância de se intensificar o trabalho de emancipação da PA pela via pública como estratégia de ocupação do Estado, disputando este espaço sob uma perspectiva emancipatória, por exemplo a expansão da PA, seus instrumentos e concepções, em nível de graduação e pós-graduação.

A educação popular é uma negação fundamentada e com comprometimento pessoal. Educação popular, nasce do povo, da classe trabalhadora e ensinar significa colocar a marca, e para isto é preciso ter postura, posição.

Em alguns momentos da história, se acreditou em uma educação paralela ao Estado, mas hoje entendemos, como movimentos sociais que é necessário que seja pública. A educação do campo, popular como instrumento de transformação do sistema e por isso contra hegemônico. A educação do campo na dimensão econômica e política, retoma a ideia de que a escola precisa ter o trabalho como princípio educativo, o que significa compreender o trabalho é um elemento constitutivo do ser humano.

Neste contexto, precisamos utilizar as legislações que já existem. Nada é neutro, nem a lei que nos ampara ou desampara as leis são feitas pelo Estado Burguês conhecê-las torna-se ferramenta imprescindível na luta contra hegemônica:

Lei n. 9394 de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB: Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

À Pedagogia da Alternância ainda faltam regulamentações e leis estaduais e municipais, porém já temos diversas leis, resoluções e pareceres que amparam a educação do campo:

- **PARECER CNE/CEB Nº 36/2001** – *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.*
- **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 01/2002** – *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.*
- **PARECER CNE/CEB Nº 23/2007** – *Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.*
- **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 02/2008** – *Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.*
- **PARECER CNE/CEB Nº 30/2006** – *Consulta sobre a aplicação da Resolução nº 5/2005 do Conselho Estadual de Educação de Rondônia.*
- **PARECER CNE/CEB Nº 01/2006** – *Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA)*
- **PARECER CEE/PA Nº 605/2008** – *Reconhecimento da Pedagogia da Alternância no Estado do Pará.*
- **RESOLUÇÃO CEE/PA Nº 01/2009** – *Estabelece normas para o reconhecimento e regulamentação da Pedagogia da Alternância como metodologia de organização do ensino para os Centros Familiares de Formação por Alternância –CEFFAS e demais estabelecimentos de ensino da rede pública e particular, referente à Educação Básica.*
- **RESOLUÇÃO CEE/ES Nº 3.777/2014** – *Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.*
- **DECRETO N. 7.352/2010:** *dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA*
- **CONSTITUIÇÃO FEDERAL:**

- **Lei nº 8.069 de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**
- **LEI Nº 12.960/2014** – *Altera a Lei N. 9.394/1996, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.*

Estas são algumas das leis que amparam a educação básica em especial a educação do campo, são os primeiros anúncios de possibilidades, mas não bastam é preciso o conhecimento sobre elas para podermos usá-las a nosso favor.

## Palavras Finais

Há uma ação sistemática coordenada pelos reformadores da educação (políticos e empresários), com a justificativa de que os trabalhadores precisam de mais conhecimento, de modo a acompanhar os avanços e a complexidade dos processos produtivos. Mas, o que está por trás disso é a preocupação de não perder o controle ideológico das escolas. Na lógica do neo-tecnicismo, a educação é o novo espaço de exploração por parte dos detentores do mercado e do capital tornando, principalmente a escola pública, refém dos interesses do mercado.

Por outro lado, para a classe trabalhadora, a defesa de uma escola pública de qualidade para as amplas massas da população, para os trabalhadores e seus filhos é, necessariamente, parte de uma luta contra o capital e pela transformação da sociedade em que vivemos. Transformar a sociedade, implica transformar o Estado que tem se constituído como “[...] todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados [...]” (GRAMSCI, 1984, p. 87).

Contudo, assim como Hölfing (2001), compreendemos que Estado é também:

O conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exércitos e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo e este é o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (político, técnico, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo [...] (p. 02).

E, as Instituições do Estado, conforme Ham (1993):

[...] compreendem órgãos legislativos, incluindo assembleias parlamentares e instituições subordinadas voltadas à elaboração de leis; órgãos executivos, incluindo parlamentos governamentais e ministérios; e órgãos jurídicos – principalmente tribunais – com a responsabilidade de obrigar ao cumprimento da lei e de aperfeiçoá-la (p.31).

Cabe, portanto, às pessoas, aos sujeitos, aos movimentos sociais e à comunidade iniciar este processo onde todas as partes que compõem o todo precisam ser consideradas. Essas instituições que fazem parte do processo constitutivo de ampliar o controle social do Estado, demonstram que não permitem alguma forma de controle ou de participação por parte destes sujeitos, pois percebem a possibilidade da construção paulatina de outra hegemonia ideológica (GRAMSCI, 1984). Por quê:

Nenhuma classe da sociedade civil consegue desempenhar este papel a não ser que possa despertar, em si e nas massas, um momento de entusiasmo em que associe e misture com a sociedade em liberdade, identifique-se com ela e seja sentida e reconhecida como representante geral desta mesma sociedade. Só em nome dos interesses gerais da sociedade é que uma classe particular pode reivindicar a supremacia geral (MARX, 2005, p. 36).

Neste caso, os elementos e dimensões essenciais da PA podem contribuir para repensar a organização do trabalho pedagógico da escola em uma perspectiva emancipatória, mas ir ainda além. Dessa forma, podemos dizer que a luta da PA é parte da luta da classe trabalhadora.

A educação do campo está vinculada às questões inerentes à sua materialidade alicerçadas em uma proposta pedagógica dialeticamente aprofundada na construção de um novo *habitus* (BOURDIEU, 1983) cultural, social, político e ético que aponta para uma transformação biófila (FROMM, 1981; FREIRE, 1980) de uma sociedade para além do Capital (MÉSZÁROS, 2009) podendo representar uma forma de “crackear” as brechas deixadas pelo Capital e, ainda aprofundá-las: “O conceito de educação do campo vem sendo construído nos movimentos que lutam pela terra de trabalho organizados pela Via Campesina-Brasil” (RIBEIRO, 2010, p.41).

A educação popular, portanto, disputa o espaço da educação pública, potencializando a qualidade do processo educativo; galga espaços disputados historicamente com a burocracia estatal que está limitando as possibilidades emancipatórias da educação popular. Uma educação

libertadora proporciona o aprofundamento de ações que apontam as mudanças necessárias para criar instrumentos que fortaleçam espaços de discussão e aprendizado. Os estudantes e educadores constituem, sobretudo, uma relação social de solidariedade fundamentando a base de outro projeto social e político, e também econômico, sustentável, ético, solidário e humano.

## Referências

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREITAS, L.C. de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e didático**. Campinas: Papirus, 1995.

FROMM, E. **O coração do homem: seu gênio para o bem e o mal**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GRAMSCI, A. **Maquiavel e o príncipe moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HAM, C.; HILL, M. **O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno**. (Tradução: Renato Amorim e Renato Dagnino. Adaptação e revisão: Renato Dagnino). Material exclusivo nos programas de capacitação do GAPI-UNICAMP nas disciplinas ministradas pelo DPCT- UNICAMP

HÖLFING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, ano XXI, n.55, p.30-41, novembro/2001.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

\_\_\_\_\_ **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo. Boitempo, 2009.

Plano de Curso para criação e aprovação da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio com Habilitação em Agropecuária, na Escola Estadual Comunitária Rural de Colatina no Sistema da Pedagogia da Alternância. 2011 e 2014.

OLIVERA, R.P. de A. **Socioeconomia Solidária e a Univens: pedagogia do trabalho coletivo e solidário e sua articulação com a emancipação dos sujeitos**. UNEMAT, Cáceres, 2012.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

RIBEIRO, M. **Movimento Camponês**. Trabalho e Educação. Liberdade, Autonomia, Emancipação, Princípios/fins da Formação Humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.